

# A “FERRAMENTA FOUCAULT” NO ESTUDO DA ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL<sup>1</sup>

## THE “FOUCAULT TOOL” IN THE STUDY OF TERRITORIAL STIGMATIZATION

Victor H. A. Montenegro de Lucena<sup>2</sup>

UFPE: <https://orcid.org/0000-0003-3259-0829>

DOI: [10.21680/1982-1662.2023v6n36ID31454](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2023v6n36ID31454)

### Resumo

Este artigo tem um duplo objetivo, o primeiro, de apresentar uma argumentação teórico-metodológica sobre o produtivo uso da genealogia e dos estudos de governamentalidade foucaultianos na abordagem da estigmatização territorial. Este conceito, que foi sistematizado pelo sociólogo urbano Loïc Wacquant, se mostra muito caro aos estudos interessados nas relações sociais, simbólicas e de poder presentes nos territórios. O segundo, demonstrar, com parte dos resultados da pesquisa do mestrado deste autor, uma possibilidade de aplicação livre da genealogia na análise do arquivo de um jornal impresso de Pernambuco. Os achados permitiram uma interpretação acerca dos significados que o lugar de moradia dos pobres urbanos assume no pensamento social recifense ao longo do século XX. Como um todo, fica evidente como a “ferramenta Foucault” se mostra proveitosa aos estudos da estigmatização territorial, possibilitando ao pesquisador os meios de apreendê-lo enquanto fenômeno historicamente localizado e envolto em relações macro e micropolíticas.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do projeto de pesquisa (140637/2020-6) e pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE - IBPG-0526-6.04/18).

<sup>2</sup> E-mail: [victor.montenegro@ufpe.br](mailto:victor.montenegro@ufpe.br)

**Palavras-chave:** Estigmatização territorial. Genealogia. Pobreza urbana. Recife.

### **Abstract**

This article has a double objective, first, to present a theoretical-methodological argument about the productive use of genealogy and Foucauldian governmentality studies in the approach of territorial stigmatization. This concept, which was systematized by the urban sociologist Loïc Wacquant, proves to be very dear to studies interested in the social, symbolic and power relations present in the territories. Second, to demonstrate, with part of the results of this author's master's research, a possibility of free application of genealogy in the analysis of the archive of a printed newspaper in Pernambuco. The findings allowed an interpretation about the meanings that habitation of the urban poor assume in Recife's social thought throughout the 20th century. As a whole, it is evident how the "Foucault tool" proves to be useful for studies of territorial stigmatization, providing the researcher with means of learning about it as a historically located phenomenon and involved in macro and micro political relations.

**Keywords:** Territorial stigmatization. Genealogy. Urban poverty. Recife.

### **Introdução**

O conceito de estigma territorial foi empreendido pelo sociólogo urbano Loïc Wacquant e diz que certos grupos de pessoas são desvalorizados, desacreditados e manchados pela reputação do lugar onde residem. Mostra-se um conceito pertinente, por lançar luz sobre um fenômeno presente em quase todas as grandes cidades do ocidente e por apresentar, de maneira sistematizada, como relações sociais e interações simbólicas envolvem-se na construção social dos territórios urbanos contemporâneos. Wacquant acaba por deixar em segundo plano a investigação deste fenômeno, diante de seu projeto mais audacioso de estudo da marginalidade avançada nas cidades neoliberais. Alguns desdobramentos teóricos e possibilidades

metodológicas acabaram por serem posteriormente descobertas, mas a partir de pesquisadores que deram prosseguimento ao estudo desse fenômeno em contextos muito diversos (HORGAN, 2020; MÉNDEZ e OTERO, 2018; BROUDEHOUX e MONTEIRO, 2017; KALLIN E SLATER, 2014; KIRKNESS, 2014).

Este artigo se soma a esse processo coletivo de escrutínio da estigmatização territorial manifestada em suas mais diferentes circunstâncias geográficas, sociais e culturais e que, não obstante, também explora novas possibilidades metodológicas e analíticas. A este propósito, a “ferramenta Foucault” se revela um importante facilitador do processo. Em especial, o método genealógico e a analítica da governamentalidade, empreendidos pelo filósofo, por permitirem o esquadramento das maneiras de analisar e interpretar o fenômeno em questão. Percebendo-o em movimento, sempre de maneira circunstancial, histórica e envolta em relações de poder. Apresentam-se de maneira panorâmica três pontos-chaves da analítica foucaultiana, vistos como eixos norteadores para linhas de trabalho que interseccionam o pensamento destes dois autores, sendo elas: *i.* interpretação das condições histórico-epistêmicas para a emergência do estigma territorial; *ii.* identificação das tecnologias de poder que produziram a estigmatização de um território/população; *iii.* análise das contracondutas dos atores locais, suas táticas de resistência para sublevar a condição estigmatizante a qual lhes tentam impor.

Em um segundo momento, o artigo apresenta uma possibilidade de aplicação livre da analítica foucaultiana no estudo da estigmatização territorial. São apresentados alguns resultados da pesquisa de mestrado deste autor (LUCENA, 2020), que investigou a construção social e histórica de estigmas sobre a Ilha de Deus, uma comunidade situada no setor centro-sul do Recife. Na ocasião, analisou-se o arquivo de um importante jornal impresso de Pernambuco e buscou-se uma interpretação possível para a emergência de certos estigmas sobre o local. Ao se concentrar no caso desta comunidade, foi possível entender um pouco mais acerca dos significados que o lugar de moradia dos pobres assumiu no pensamento social recifense ao longo do século XX. Mais ainda, pode-se entender também como certas práticas discursivas midiáticas podem ser localizadas historicamente e percebidas enquanto parte dos dispositivos estratégicos que garantem a ordem urbana.

## Estigmas territoriais

O fenômeno da estigmatização territorial vem sendo investigado pelo sociólogo urbano Loïc Wacquant ao menos desde 2006, quando lança *Parias urbains: ghetto, banlieues, état* (2006b): publicação que dá início a uma série de estudos seus sobre a marginalidade avançada em cidades sob o regime do neoliberalismo. Com foco etnográfico em um *ghetto* da cidade de Chicago e uma *banlieues* em Paris, Wacquant apresenta a tese de que a marginalidade não é tecida do mesmo tecido em todos os lugares. Mais precisamente: a pobreza e a segregação nos diferentes centros globais não estão apenas estruturadas em questões relacionadas às tendências macroeconômicas e de diminuição do Estado social, mas também possuem um forte contexto socioespacial e étnico. A marginalidade avançada está situada na intersecção entre as desigualdades de classe, lugar e origem.

Wacquant viu no discurso político e midiático de cidades, como Chicago, Paris, Porto, Estocolmo, uma mudança no esquema perceptual acerca de alguns de seus bairros pobres, que passaram a ser compreendidos como “bairros problemáticos”. Indo além da histórica “má reputação” que estes bairros já possuíam nestas cidades, tratava-se de um processo de estigmatização territorial, um fenômeno novo observado nas duas últimas décadas, onde um “pequeno número de bairros ou de localidades são a partir de então publicamente conhecidos como poços de perdição social e moral” (DURÃO e WACQUANT, 2008, p. 473). Tratando-se de uma mudança nos modos de percepção acerca destes lugares para algo ainda mais perverso, que agora inspiram medo e desprezo da sociedade e são validados pela “desonra de classe e etnicidade que atinge os seus habitantes”. Esta estigmatização territorial vem contribuindo “poderosamente para a espiral da desintegração social e da difamação simbólica” (*idem*, p. 473) destes locais das cidades pós-industriais. Ainda, o acirramento deste fenômeno caminha na esteira do neoliberalismo, com suas estratégias avançadas de gestão e “contenção punitiva” das camadas precarizadas do novo proletariado urbano.

O conceito de estigmatização territorial diz que certos grupos de pessoas são desvalorizados, desacreditados e manchados pela reputação do lugar onde residem. Wacquant articula a concepção de “estigma social” definida por Erving Goffman (1985 [1959]) com a de “efeitos de lugar” apresentada por Pierre Bourdieu (1997 [1959]). Goffman, quando observou de maneira relacional os processos de socialização de atores com uma identidade deteriorada, definiu que há três grandes tipos de estigma:

as deformidades do corpo; os defeitos de caráter; e as marcas de raça, nação e religião. O efeito depreciativo do estigma é muito grande quando é capaz de identificar e distinguir os atores na sociedade. Wacquant (2006a) situa que é com o das marcas de raça, nação e religião que o estigma territorial mais se parece, uma vez que pode ser transmitido através da linguagem e contamina igualmente todos os membros da unidade familiar, no entanto, diferentemente, o estigma territorial pode mais facilmente ser atenuado ou dissimulado via a mobilidade geográfica.

Em um capítulo do *A Miséria do Mundo*, Bourdieu (1997) faz uma análise sobre como o espaço social se retraduz no espaço físico, convertendo as hierarquias e distâncias sociais em diferenças na distribuição de equipamentos, serviços, oportunidades e etc. Atento à força do simbólico na construção da realidade, o seu poder de estabelecer um sentido sobre o mundo, Bourdieu ensaia acerca dos efeitos que bairros estigmatizados possuem de degradar simbolicamente os que o habitam e estes, por sua vez, também o degradam simbolicamente. Em uma espiral de privações, as populações residentes destes bairros estigmatizados estão tanto impossibilitadas da apropriação material da cidade; quanto impossibilitadas de mobilidade social, impedidas de participar dos vários jogos sociais de capitalização econômica, social, cultural e simbólica, devido à sua posição socioespacial desprivilegiada. Essa dimensão simbólica do espaço social urbano já foi aprofundada em outra oportunidade por este autor (LUCENA e LEITE, 2021a).

Os efeitos da estigmatização territorial são sentidos tanto por fora como por dentro. Quando estes lugares “problemáticos” ameaçam se tornar permanentes na paisagem local, “os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto *vindos de baixo*, nas interações banais da vida quotidiana, como *vindos de cima*, nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até científico)” (WACQUANT, 2006a, p.28). Então, uma “mácula” é lançada sobre estes espaços, endossando estigmas já operantes ligados à pobreza e à pertença étnica de parte de seus habitantes. O sociólogo afirma que agora cada metrópole do globo possui uma ou mais aglomerações que são publicamente reconhecidas por esta ordem de sentidos, pela ideia de que todos os males e perigos residem nesses lugares de perdição.

Ao mesmo tempo, no nível das relações sociais cotidianas, é verdade que os efeitos dos estigmas territoriais são percebidos pelos atores. O sentimento de culpabilidade e vergonha, a dissimulação do lugar de moradia ou a evitação de

receber visitas, a negação de pertencimento à micro sociabilidade do lugar, assim como o esforço em marcar distâncias entre os demais moradores do bairro, são alguns dos efeitos que este tipo de estigma pode acarretar nos contatos sociais. Wacquant (2006a) aponta para uma lógica de “difamação lateral e da distanciação mútua” (*idem*, p.29) fortemente presente nos territórios estigmatizados, ou seja, a ideia de que para atenuar o sentido agudo do estigma, o ator o transfere para os seus vizinhos, os novos moradores, os jovens da esquina e etc., no sentido de tentar se desvencilhar e se distinguir da vizinhança. Tal lógica tende a enfraquecer ainda mais o senso de coletividade e organização comunitária nestas zonas urbanas deserdadas.

O estigma territorial também se faz sentir no âmbito das políticas públicas,

A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de *não-direito* ou uma *cit  fora da lei* e fora da norma,   fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogat rias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito - quando não por objectivo - desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorra -los de um espaço cobiçado (Wacquant, p. 30, 2006a).

Destaca-se a força do discurso jornalístico, com a produ o e distribui o cotidiana de informa es em jornais, rádios, televisões e internet, capaz de construir socialmente um consenso na opinião pública quanto   degrada o e desumaniza o desses lugares. Recursivamente enquadrados como zonas de exce o   margem da lei, que possuem a necessidade urgente de receber alguma interven o. Concomitante, a governança urbana das grandes cidades tende a promover interven es de “renova o”, “requalifica o” ou “revitaliza o” nestas zonas, palavras-chave na retórica urbanística neoliberal, guiadas por um sentido de que estes territórios estão abandonados, subutilizados ou com o seu potencial ainda não aproveitado. Objetivamente, as interven es tendem a promover a dissolu o do lugar, por processos quase sempre violentos de expulsão ou remo o, com indeniza es irrisórias ou reassentamentos pouco contemplativos diante da real demanda.

### A “ferramenta Foucault”

Até o momento, não identifiquei nos trabalhos de Wacquant (2001, 2006b, 2007) uma coloca o contundente e definitiva sobre a estigmatiza o de territórios de pobreza ser parte das tecnologias de poder adotadas pela nova razão governamental

neoliberal das grandes cidades do globo. Ou seja, apesar de o fenômeno ser identificado como estando relacionado à emergência do regime neoliberal, a produção do estigma em territórios específicos (ou a produção dessas “zonas reservadas aos párias urbanos”) não é identificada como uma estratégia de governo para controlar o território e conduzir as condutas da população. No entanto, com o auxílio da genealogia foucaultiana, a hipótese levantada neste trabalho é justamente a de que a produção dessas zonas, discursivamente construídas como espaços de desonra, são parte das estratégias contemporâneas de gestão do território e da pobreza urbana. Este tipo de estigma, como observado acima, tem a capacidade de atuar tanto na macro escala, facilitando processos de remoção e remodelação do território pelo Estado e mercado, quanto nas micro relações de poder, inibindo sentimentos de identificação, pertencimento e senso de coletividade.

Como mencionado ainda na introdução, a “ferramenta Foucault” nos oferece muitas possibilidades para o refinamento das maneiras de interpretar e analisar o estigma territorial. Sendo agora discutidos em três pontos-chave. Em primeiro lugar, a ferramenta possibilita entender o fenômeno como uma construção social e histórica. Sabe-se que o filósofo francês construiu uma crítica feroz à ideia de que as coisas possuíssem uma essência ou genuinidade, como contrapartida, se preocupou em sua obra em demonstrar as condições histórico-epistêmicas das diferentes concepções de interpretação acerca das coisas (ou espaços e territórios) (CASTRO, 2016). À luz deste pensamento, podemos buscar estudos mais atentos às passagens históricas em que regimes discursivos sobre os territórios foram construídos, continuados, modificados ou mesmo rompidos.

Neste caminho, o estigma territorial pode ser entendido como uma prática discursiva capaz de reter esquemas perceptuais próprios acerca dos objetos do conhecimento, lançando significados e modos de interpretação específicos para coisas, populações e territórios. Esta prática também pode ser situada historicamente, inclusive, identificando os momentos de regularidade, dispersão, crise e ruptura, ou seja, os períodos de continuidade e modificações no curso de sua formação. Tal análise também lança luz à contemporaneidade do fenômeno, às maneiras como ele ainda se faz sentir presente no cotidiano dos lugares e das interações sociais. Possibilita o esboço de uma história das interpretações acerca de um território ou uma genealogia da estigmatização territorial de uma comunidade, ou seja, uma

investigação das mudanças nos regimes de interpretação sobre os territórios das populações pobres das cidades.

Ao mesmo tempo em que a ferramenta permite esta escavação das condições histórico-epistêmicas de possibilidade para a emergência de esquemas perceptuais acerca de certos territórios, a sua analítica também está atenta aos jogos de poder interacionais que ocorrem no tecido urbano. Isto porque a formação da estigmatização não é somente consequência de uma disposição epistêmica, ela também encontra nas práticas disciplinares do cotidiano sua condição de possibilidade. O território foucaultiano é um discurso jurídico-político. São formações discursivas historicamente inscritas no espaço, ele seria uma episteme que dispõe de instituições e mecanismos de poder, soberania, disciplina e segurança. Ele detém uma fisionomia zonal, contínua e está relacionado às ações do Estado-nação, a sua capacidade de regulação, controle e vigilância da população, garantindo a ordem do discurso e a manutenção da governamentalidade (FOUCAULT, 2008).

Neste sentido, em segundo lugar, a produção da estigmatização pode ser apreendida como sendo parte das artes de governo, das tecnologias de poder e seus dispositivos para sustentar e reforçar a dominação, o disciplinamento e a segregação de sua população. Está implícito que estas tecnologias estão sustentadas no biopoder, ou seja, no racismo biológico estruturado na maquinaria das instituições do Estado-nação (FOUCAULT, 2012). Observável na linguagem, nos enunciados e em seus procedimentos discursivos. Vale ressaltar a importância de identificar a condição étnico-cultural da população desses territórios estigmatizados. São em sua maioria populações com corpos e condutas dissidentes e anormais (no sentido de fugir à média e à norma exigida). São eles que exercem historicamente as atividades econômicas informais mais precárias e de menor prestígio social, associadas ao subproletariado urbano. Suas práticas cotidianas e modos de vida, por vezes, se tornam objetos da atenção das práticas discursivas estigmatizantes, que lançam interpretações e significados quase sempre estereotipados. Acabam auxiliando na condução das condutas, na fragmentação do tecido social urbano e no disciplinamento dessa população, por produzir sentimentos de constrangimento, culpa, vergonha ou medo por sua condição e lugar de origem, também por inibir o pertencimento, a solidariedade e a cooperação entre vizinhos e semelhantes.

Em certo momento de sua trajetória, Foucault (2013) desejou que a ciência



tomasse como objeto de estudo as heterotopias – os espaços de dispersão, os espaços outros, não hegemônicos, onde o poder disciplinar do Estado e do mercado não se exerce. Espaços reservados ou reapropriados por indivíduos de comportamentos e práticas desviantes. Tais lugares, localizáveis no mapa, mas fora dos espaços oficiais e também fora das utopias do pensamento humanístico, seriam lugares de ilusão e artificialidade ou de compreensão e inspiração, que poderiam oferecer contestações míticas e ao mesmo tempo factíveis acerca das condições espaciais de existência da vida social.

Assim, o terceiro ponto de destaque é a possibilidade de observar nesses territórios uma série de atos de resistência em relação ao poder e às práticas dominantes, manifestados em forma de contracondutas à ordem do discurso estigmatizante. Podem ser apreendidas pelo pesquisador na linguagem e no conteúdo das falas dos atores locais, nas suas maneiras de conceber e narrar o meio ambiente habitado. Também na observação de seus estilos de vida, nas maneiras de trabalhar, morar, locomover-se, relacionar-se, organizar-se, sempre atentando ao *ethos* de desobediência e resistência às tecnologias de poder que caracterizam essas práticas. São nas relações moleculares de poder e resistência às territorializações do mercado e Estado, presentes no cotidiano da população dessas zonas deserdadas, que se podem encontrar as qualidades singulares do lugar, assim como as capacidades humanas de construir espaços outros e de confabular novos sentidos para as maneiras de viver a cidade. Neste caminho, à luz do pensamento foucaultiano, o território estigmatizado pode ser apreendido como campo das possibilidades do pensar e agir, zona de emancipação do saber, por onde circulam práticas discursivas de populações dissidentes. Um espaço de resistência e contrapoder, constituído a partir de uma territorialização ainda subterrânea à ordem urbana, mas prestes à irrupção.

### **Regimes de interpretação da pobreza no Recife: o caso da Ilha de Deus**

Vimos, até então, do que se trata o estigma territorial e alguns de seus possíveis efeitos no cotidiano dos indivíduos em suas interações socioespaciais. Também vimos maneiras de observar este fenômeno a partir da analítica foucaultiana, em especial com o uso da genealogia e dos estudos da governamentalidade. Já nesta seção, vamos apresentar alguns resultados de pesquisa levantados ainda no curso de mestrado deste autor (LUCENA, 2020), que ratificam o potencial da ferramenta no

estudo da estigmatização territorial. Tendo como pano de fundo a formação histórica e urbana da pequena comunidade da Ilha de Deus, investigou-se mudanças nos regimes de interpretação da pobreza urbana no Recife. Identificou-se no arquivo de matérias de um importante jornal local mudanças nos esquemas perceptuais acerca do habitat pobre e seu habitante. Como resultado constatou-se que a comunidade foi apreendida ao menos por três práticas discursivas distintas, que, por sua vez, evidenciaram continuidades e rupturas acerca dos significados da moradia pobre no Recife ao longo do século XX.

O início da ocupação da Ilha de Deus remete ainda à década de 1950, quando algumas dezenas de pescadores e seus familiares começaram a ocupar uma croa formada nas confluências dos rios Capibaribe, Tejipió e Jordão, no extremo norte do bairro do Pina, zona centro-sul da cidade do Recife. Relatos de moradores antigos dão conta de um paraíso de grande biodiversidade e fartura de pescados, na época ainda pouco conhecido pela cidade, que estava sendo predominantemente habitada em seu centro e setor norte (LUCENA, 2020; LUCENA e LEITE, 2021b).

Há ainda a perspectiva de que tensões e conflitos fundiários em bairros circunvizinhos à ilha foram parte das motivações para a ocupação permanente daquela croa, que já era estacionalmente ocupada por pescadores da região. Já na primeira metade do século XX, a população pobre de bairros como os de Afogados, Cabanga, Boa Viagem, Pina e Areal Novo (atual Brasília Teimosa)<sup>3</sup> sofriam com fortes investidas do governo de Sérgio Loreto. Este período, entre os anos de 1920 e 1924, ficou caracterizado pela implantação de grandiosos projetos de desenvolvimento na cidade, entre eles a Ponte do Pina, as avenidas da Ligação (atual Herculano Bandeira) e Beira-Mar (atual av. Boa Viagem), que possibilitaram a abertura e expansão da malha urbana para o seu setor sul.

Concomitantemente, ocorreu o crescimento do interesse imobiliário pela paisagem de sol, sal e mar, que se revelou com a abertura dessas vias para as praias do Pina e de Boa Viagem. Com a expansão da malha urbana para o balneário sul, ao longo da primeira metade deste século, intensificaram os conflitos fundiários, afastando da orla das praias os seus tradicionais ocupantes. Em geral, populações negras e de baixa renda, posseiros com atividades econômicas informais associadas à

---

<sup>3</sup> Os bairros citados formam parte da bacia hidrográfica do Pina, região centro-sul do Recife, tradicionalmente ocupada por populares, que até os dias de hoje possuem uma significativa dedicação ao ofício da pesca artesanal.

produção em pequenas fazendas locais e à extração de recursos naturais da região. Em especial, destacava-se naquele território a atividade da pesca artesanal. Para estes pescadores e seus familiares – exímios conhecedores da geografia local –, que buscavam refúgio dos assédios e das ações de remoção que vinham ocorrendo contra suas moradias, a pequena croa se mostrou um ponto estratégico, próxima o bastante dos pontos de trabalho e isolada o suficiente das importunações alheias.

As moradias pobres, que ficaram conhecidas na história da cidade como os famigerados *mucambos*<sup>4</sup>, se multiplicaram pelo Recife logo no início do século XX. Inicialmente ocupando as áreas de alagado de difícil acesso, mas rapidamente expandindo-se até definitivamente se tornarem visíveis na paisagem de quase todos os bairros da cidade. Aos olhos dos tradicionais moradores, de costumes coloniais e aristocráticos, o mocambo tornou-se um símbolo do crescimento desordenado da capital pernambucana e da perda de sua beleza natural e paisagística, agora ameaçada pela expressiva aparição desses “outros” e seus habitats (LIRA, 1994, 1997). Os “aldeamentos de mocambos” passaram a ser associados a tipos africanizados de moradia, recursivamente descritos como algo exótico, não pertencente à cidade e, ao mesmo tempo, lugares a serem evitados pelos moradores mais tradicionais.

No governo de Agamenon Magalhães (1934-1945) os mocambos definitivamente passaram a ser reconhecidos como lugares anti-higiênicos, infectados e moralmente desvirtuados, converteram-se em verdadeiras ameaças à saúde urbana. Emerge, neste contexto social e político, a Liga Social Contra o Mocambo<sup>5</sup> que produziu um forte discurso contra a presença deste tipo de moradia na cidade e, não contraditoriamente, encontrou nos veículos de comunicação o dispositivo estratégico

---

<sup>4</sup> Como se escrevia com a ortografia da época: *mucambo*; viria a adquirir um significado a partir da década de 1930 bastante distante de sua origem etimológica - advinda de raízes yorubá e angolense -, que o descreve como uma unidade social e política de resistência (Lira, 1994). As primeiras descrições sobre este tipo de casa, viriam a delimitar as suas características físicas rudimentares, caracterizando-as como “chouças” ou “choupanas”, casas de barro, madeira, palhas, folhas de zinco ou latas. Mas o mocambo rapidamente tornou-se uma expressão extensiva a todas as habitações pobres de Pernambuco, não havendo mais distinção entre as habitações pobres da cidade (seja dos alagados, morros ou matas) e as encontradas nos interiores do estado.

<sup>5</sup> Em 1939 era criada no Recife a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), associação que reunia donativos do governo federal e estadual, sindicatos, empresas e particulares, para remoção dos mocambos das áreas centrais da cidade, aquisição de terrenos, propagandas sobre a campanha e construção de casas populares para serem vendidas a preços acessíveis em áreas quase sempre afastadas do centro da cidade. Na prática, ao final da campanha que durou pouco mais de uma década, foram removidos mais de 40% da população do Recife, habitantes de áreas de alagados em regiões estratégicas ao desenvolvimento da cidade, no entanto, o quantitativo de casas construídas para os desalojados sequer se aproximou do que foi extinto. Há diversas pesquisas que situam justamente nesse período, de maior vigor da LSCM, o crescimento de ocupações populares na região dos morros da zona norte do Recife (Francisco, 2013).

para divulgação de propagandas favoráveis a seus ideários e causa social (LIRA, 1994, 1997; FRANCISCO, 2013).

Durante a década de 1930, parte significativa da imprensa recifense realizava recorrentes reportagens ressaltando a condição miserável e degradante dos mocambos (LIRA, 1994, 1997; MORAES, 2013). Matérias, em sua maioria hiperbólicas ou sensacionalistas, que ajudaram na construção da imagem dos lugares como sendo focos permanentes de doenças e de ameaças à cidade. Ao mesmo tempo, endossaram uma lógica de erradicação dessas moradias, com notas jornalísticas chegando até mesmo a cobrar ações mais enérgicas por parte dos governantes contra o “mal” dos mocambos.

O mocambo não é só uma habitação anti-higiênica. Um mal para a saúde. É um fator psicológico de depressão social. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população, (...) de uma vida mais feliz, que é a força moral das coletividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre a procura de meios que elevem a dignidade humana (Jornal Folha da Manhã, “O Gosto Pela Habitação”, 05/07/39, página 3, *apud* Moraes, 2013).

Desde sua ocupação, a pequena croa dos pescadores se desenvolveu lentamente e de maneira discreta às atenções midiáticas, ficou conhecida entre seus moradores como Ilha de Santo Antônio, mas nos anos 1960 passa a ser referenciada no Diário de Pernambuco<sup>6</sup> como a “Ilha *Sem Deus*”. Viu-se que a mídia local, analisada principalmente através do acervo do Diário, não se constrangeu em explorar a impactante imagem de pequenos casebres erguidos em meio às marés, com seus habitantes vivendo de maneira isolada e experienciando a pobreza extrema no Recife. Ao longo das três décadas seguintes, a Ilha foi retratada em notas, matérias e reportagens como sendo um dos mocambos mais pobres e sofridos da cidade. Na década de 1970 ocorre um substancial crescimento de matérias reportando a Ilha, este crescente interesse midiático pela comunidade rendeu, em junho de 1976 no Diário, uma emblemática matéria intitulada “Você conhece a Ilha sem Deus?”:

O Recife é realmente uma grande cidade. Cheia de segredos e contrastes. Um deles é um lugar chamado Ilha Sem Deus, ou Ilha de Santo Antônio. Qualquer um dos dois nomes é usado para denominar esse pedaço de terra no qual vivem cerca de 200 famílias. A miséria dos

---

<sup>6</sup> Jornal mais antigo em circulação do estado de Pernambuco, ainda um dos principais jornais do estado, parte do seu acervo foi digitalizado, do ano de fundação (1825) até o ano de 1984. Fato que possibilitou pesquisas mais sistemáticas e a construção deste arquivo e modelo de análise. Disponível em: <<

casebres agride a beleza da paisagem, ou vice-versa. A pequena comunidade sobrevive na sua maioria da pesca. A maré fornece o pão de cada dia. (...). A cachaça não falta, é claro. Nem poderia. Ajuda o pessoal a ir levando a vida ou a ser levado por ela. As mocinhas não trabalham nem estudam. Nem querem. Os rapazes idem. Por muito favor quando estão ficando mais velhos usam também a maré, e dela tiram o sustento (*“Você conhece a Ilha Sem Deus?” reportagem de Ana Maria Guimarães, no Diário de Pernambuco, em 04 de junho de 1976. Acervo: CEHIBRA/FUNDAJ*).

Nota-se a objetificação da pobreza, a indiferença em relação ao nome da comunidade, a afirmação de que a miséria dos casebres degrada a beleza da cidade, a percepção de que é socialmente degradante viver nos mangues e alagados. São alguns dos significados e modos de interpretação dos lugares de pobreza do Recife daquela época, estão relacionados à prática discursiva de estigmatização de certos territórios da cidade, sintetizada na ideia do “mocambo”. Esta prática discursiva foi identificada não apenas tomando como referência o trecho acima, mas a regularidade e repetição deste esquema perceptual, observado em outros enunciados que formam o arquivo da pesquisa.

Posteriormente, entre meados das décadas de 1970 e 1980, identificou-se que as práticas discursivas envolvendo a Ilha sofreram algumas mudanças. Aos poucos, caiu-se em desuso nas matérias do Diário, referências à Ilha como sendo um “mocambo”, passando a referenciá-la ora como “comunidade”, ora como “favela”. O que evidenciou neste período uma descontinuidade no regime de interpretação sobre a pobreza do Recife. Identificou-se o desuso do discurso do “mocambo” e a emergência de duas outras práticas discursivas – da “comunidade” e da “favela”. Estas disputaram os significados acerca do lugar de morar do pobre na cidade nas décadas seguintes. A primeira se colocando como uma ruptura aos antigos estigmas do mocambo, já a segunda como uma continuidade que potencializou os estigmas já existentes e os sobrepôs com novas camadas de significados negativos para a pobreza urbana.

Vemos que, bem ou mal aceito pelas elites tradicionais do Recife, com o avanço da modernização nacional e das políticas afirmativas varguistas ocorreu uma mudança nos significados acerca do “mocambeiro”, que passou a ser reconhecido como o operário ou trabalhador urbano pobre. Com o fim do Estado Novo (1945) multiplicou-se as associações de proprietários e moradores de vilas, comunidades e bairros, como Ilha do Maruim (Coque), Afogados, Coelhoos, Santo Amaro, impactados

pelas ações da Liga<sup>7</sup> (CÉZAR, 1985). Uma maneira pouco ruidosa de evidenciar a crise no regime de interpretação do mocambo, onde os próprios moradores destas zonas de degradação não mais incutiram os antigos significados sobre suas moradias e vizinhanças, passando a valorizá-las, desejá-las e disputá-las contra o governo e suas ações de despejo.

Viu-se com a emergência da prática discursiva da “comunidade” que termos e significados sugeridos pelas palavras “mocambo” e “mocambeiro” foram substituídos por expressões e significados outros, como os de trabalhador, operário, proletário, popular, oprimido, pobre. Assim como as moradias e os assentamentos, antes identificados enquanto choças e aldeamentos são ressignificados passando a serem chamados de vilas, bairros e principalmente comunidades. Destacou-se a presença de entidades da Igreja Católica como uma força significativa que endossou esta nova prática discursiva, muitas vezes participando ativamente do desenvolvimento de centros e associações comunitárias.

Este movimento foi identificado por alguns pesquisadores (BIRMAN, 2008; ZALUAR e ALVITO, 2008), que perceberam como os sentidos católicos acerca da pobreza urbana, nacionalmente difundidos, auxiliaram na valorizavam do *ethos* comunitário dos assentamentos, dos modos de vida associativos e na difusão dos valores de comunhão e solidariedade entre os seus moradores. A capacidade desta prática discursiva de fomentar um novo significado e outra identidade acerca do habitat e do habitante pobre da cidade, possivelmente, causou um desconforto entre as elites econômicas e governantes da época, em sua maioria seguidoras desta tradição religiosa.

Como apontado em Zaluar e Alvito (2008), a ideia de comunidade como uma referência aos assentamentos populares vinha conquistando corações e mentes de intelectuais, acadêmicos, artistas e até da opinião pública da época. No entanto, entre as décadas de 1970 e 1980, em pleno regime militar, uma nova prática discursiva ganha força nacionalmente e rapidamente se sobrepõe ao discurso comunitário. Tão

---

<sup>7</sup> A Liga Social Contra o Mocambo viria a ter a sua imagem arranhada, transmutando o seu nome de “Liga Social” para “Serviço Social Contra o Mocambo”, quando se tornou uma autarquia estadual em 1945. A mudança de nome revelou uma busca por alinhar-se a uma política de assistencialismo social (Francisco, 2013). Com o tempo, a expressão “Contra o Mocambo” também seria substituída e em 1952 a autarquia se torna “Serviço Social Agamenon Magalhães”, em homenagem ao seu patrono. A entidade ainda permaneceria com o nome e suas funções até o ano de 1991, quando seria extinta e seus bens e atividades assistenciais repartidas entre várias Secretarias Estaduais - a pasta habitacional é transferida à Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE).

logo que o tráfico de cocaína chega às favelas<sup>8</sup> cariocas e, progressivamente, em diversos outros lugares de pobreza do país, uma nova prática discursiva é exportada do Rio de Janeiro para todo o território nacional. Ocorreu um movimento em que a imprensa de médias e grandes cidades do país passou a identificar as zonas de pobreza de seu território como sendo as suas favelas. Fenômeno percebido em nível nacional, onde episódios de violência nos lugares de pobreza, inicialmente relacionados com o tráfico de drogas, passaram a ter um maior interesse midiático (SOUZA, 2006). Ganham espaço nos jornais, com maiores colunas, notícias e reportagens, até finalmente contar com um caderno exclusivo para o tema, o caderno “Polícia”. Decerto, as cenas de violência nas periferias se tornaram produtos midiáticos rentáveis, possuíam um cenário recursivamente explorado e uma narrativa repetitiva e “pré-fabricada”.

Entre algumas das manchetes de pequenas colunas destinadas a retratar as cenas de violência ocorridas na Ilha de Deus, viu-se: “Comerciário que matou vizinho é levado à prisão” (Acervo: Diário de Pernambuco, 1978); “Ilha sem Deus, foco de tensão” (idem, 1979), “Apanhou do amante” (idem, 1980), “DH apura duplo crime ocorrido na Imbiribeira” (idem, 1982), “Operário se mata” (idem, 1982). É no final da década de 1970 e início de 1980 quando começam a surgir matérias interessadas nos episódios extraordinários de violência e criminalidade presentes no cotidiano do lugar. Elas deram não apenas continuidade aos estigmas da fome, anti-higiene e imoralidade dos mocambos, mas sobrepuseram-os com novas insígnias, como as de violência, criminalidade e perigo desses lugares e da essência potencialmente perigosa e violenta de seus moradores. Esta prática discursiva trouxe consigo um conjunto de regras ou orientações nos significados sobre as favelas: agora, elas não são apenas um problema de saúde pública ou fruto da ausência de assistência social e religiosa, agora

---

<sup>8</sup> Como já defendeu Valladares (1991; 2018[2005]), a favela é uma invenção social brasileira de pouco mais de um século. A construção desta categoria enquanto problema urbano é dotada de significativos preconceitos e têm sua origem na então capital brasileira do início do século XX, o Rio de Janeiro. O termo favela, juntamente com seus significados pejorativos, deriva da ocupação do “Morro da Favella”, polêmica ocupação popular que se consolidou bem no centro do Rio no final do século XIX, atraindo grande atenção pública e o interesse midiático carioca da época. Talvez por sua localização geográfica, situado onde é hoje o Morro da Providência (zona central do Rio), o Morro da Favella tornou-se um produto midiático de grande “sucesso”, atraindo a atenção de curiosos leitores ávidos por acontecimentos extraordinários ao cotidiano carioca. E com frequência jornalistas subiram a Favella para prospectar reportagens sobre a vida atípica de sua população e narrar seus acontecimentos violentos. Decerto, é assim - através dos *mass media* modernos - que “favela” vai se tornando o termo para designar o tipo de ocupação dos pobres na cidade carioca. Não demora e a imprensa de todo o país - com suas atenções voltadas aos acontecimentos da capital nacional - passam a reconhecer nas zonas de pobreza de suas cidades as insígnias das favelas cariocas.

são, sobretudo, uma questão de polícia.

Embora historicamente separadas do restante da cidade no imaginário das classes médias e altas, portanto desprezadas e estigmatizadas, os lugares de moradia dos pobres ainda não eram fortemente temidos. Isto se modificou a partir do fenômeno de controle desses territórios por grupos de traficantes de drogas ilícitas, que transformaram significativamente a percepção sobre esses lugares. A prática discursiva sobre a favela promoveu uma criminalização apriorística dos favelados e seus territórios, onde “o favelado é o Outro, um habitante de outro planeta, embora viva na mesma cidade - e um Outro potencialmente perigoso, bárbaro” (SOUZA, 2006, p.473). As favelas, então, foram estigmatizadas como este duplo problema urbano, de ordem sanitária e policial. Tal estigma penetrou na opinião pública, nos discursos políticos e também nas políticas urbanas, dando legitimidade às práticas de governo que promovem a concentração, o confinamento ou mesmo o extermínio dessas populações e territórios. Com este novo regime de interpretação sobre os lugares de pobreza das cidades, ainda mais perverso que os anteriores, vê-se os principais centros brasileiros, a exemplo do Recife, remodelando os seus territórios e estabelecendo segregações socioespaciais muito mais rigorosas.

### **Considerações finais**

O fenômeno da estigmatização territorial pode afetar a vida das populações pobres urbanas, tornando-as ainda mais vulneráveis dentro das dinâmicas socioespaciais. O estigma possui implicações subjetivas que afetam tanto as relações macro quanto micropolíticas, se fazendo presente desde políticas institucionais às interações sociais cotidianas. Em suma, ele garante a distinção dos lugares da cidade, situando-os e separando-os simbolicamente no espaço social, atuando como uma condição de possibilidade para a segregação socioterritorial na cidade. O artigo exprimiu a ideia de que a apreensão do fenômeno a partir da análise foucaultiana possibilita o seu exame através, pelo menos, de três caminhos interpretativos.

O primeiro toma-o como uma construção social, uma prática que se impôs na ordem da sociedade por uma série de condições históricas, ou seja, o estigma territorial é entendido enquanto um regime de verdade sobre certos espaços e populações. O segundo, lida com suas implicações na micropolítica, seus efeitos no cotidiano, nas práticas socioespaciais e nos processos organizativos. Neste caminho, a



prática discursiva que constrói o estigma pode ser apreendida como parte dos dispositivos de domínio do saber-poder sobre as coisas. Já o terceiro diz respeito às contracondutas e resistências dos atores locais aos estigmas territoriais e suas práticas discursivas. Inverte-se a lógica e passa-se a observar as zonas deserdadas como espaços heterotópicos, campos de possibilidade para a emergência de modos de pensar e fazer a cidade que foram historicamente silenciados e estigmatizados pela ordem do discurso.

Foi o primeiro caminho interpretativo mencionado que o artigo lançou mão e se aprofundou. Tomou a formação da Ilha de Deus como pano de fundo, e, neste pequeno universo, analisou as práticas discursivas midiáticas sobre o lugar. Descrevendo as regras de funcionamento do discurso, suas regularidades e repetições de esquemas perceptuais e significados - aparentemente dispersos -, sobre objetos, corpos e condutas que circundam aquele território. Constatou que, ao longo de algumas décadas, ocorreu uma mudança nos regimes de interpretação sobre o habitat e o habitante daquela comunidade, sem, contudo, haver uma mudança significativa na sua configuração social, econômica ou material.

A ocupação da Ilha se iniciou de maneira discreta, mas tão logo que se fez perceber na cidade foi imediatamente apreendida pela prática discursiva do mocambo. Ela foi estigmatizada como um ambiente anti-higiênico e moralmente desvirtuado, habitado pelos “sem profissão”, vadios, de movimentos lentos e preguiçosos, vencidos pelo cansaço da difícil vida na cidade. Tal prática discursiva, que teve origem no interior da sociedade recifense, justificaria um particular modelo de intervenção urbana que marcou a história dessa cidade, a Liga Social Contra o Mocambo. Posteriormente, já na década de 1980, a Ilha, assim como tantos outros assentamentos, passou a ser reconhecida como uma favela. Com a emergência desse novo regime, ocorreu uma reorientação da prática discursiva midiática. As cenas de violência presentes em seu cotidiano passaram cada vez mais a ganhar a cobertura jornalística, que retratou o ambiente como perigoso e o seu morador como potencialmente criminoso. Sob este estigma, que reforçou o anterior e acrescentou novos significados, atribui-se à Ilha a insígnia de ser um lugar perigoso e violento, que abriga os sujeitos de comportamentos desviantes.

Sob esta ordem de significados acerca da favela e do favelado, vê-se uma virada na segregação das cidades brasileiras, que saí de seu tipo “clássico”,

caracterizado pelo processo de “empurramento” dos pobres para espaços desprezados pelas elites, para um novo modelo de segregação ancorado no medo (SOUZA, 2006). Erguem-se muros, prédios e condomínios de classe média, espaços do “auto-enclausuramento” dos privilegiados, mas também se erguem muros invisíveis, percebidos a partir de uma elite urbana que enseja sonhos de confinamento, concentração e extermínio dos pobres e seus bairros. O estigma territorial é, então, o discurso dominante no espaço, estereotipando objetos, corpos e condutas que escapam à ordem social, possuindo um efeito de longo prazo no território, que é a segregação e o (auto)confinamento de sua população.

## Referências

- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org). **Vida sob cerco: Violência e Rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997 [1959]. p. 159 - 175.
- BROUDEHOUX, A-M.; MONTEIRO, J. (2017). A reinvenção da zona portuária do Rio de Janeiro: estigmatização territorial, resignificação simbólica e repovoamento planejado no projeto Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 19(3), p. 493, 2017. DOI [10.22296/2317-1529.2017v19n3p493](https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p493)
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
- CÉZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. I (n. 2), p. 161-182, 1985.
- DURÃO, S.; WACQUANT, L. O corpo, o gueto e o Estado penal: entrevista com Loïc Wacquant. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12 (n. 2), p. 455-486, 2008.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: Coletânea: o espaço na vida social. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 27 (79), p. 113-122, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCISCO, Thiago. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 - 1945**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HORGAN, Mervyn. (2020). Housing stigmatization: a general theory. **Social Inclusion**, Lisboa, v. 8(1), p. 8-19, 2020. DOI [10.17645/si.v8i1.2345](https://doi.org/10.17645/si.v8i1.2345)
- KALLIN, H.; SLATER, T. Activating territorial stigma: gentrifying marginality on Edinburgh’s periphery. **Environment and Planning A**, Thousand Oaks, v. 46(6), p. 1351-1368, 2014. DOI [10.1068/a45634](https://doi.org/10.1068/a45634)
- KIRKNESS, Paul. The cités strike back: restive responses to territorial taint in the

- French banlieues. *Environment and Planning A*, Thousand Oaks, v. 46(6), p. 1281-1296, 2014. DOI [10.1068/a45636](https://doi.org/10.1068/a45636)
- LIRA, José. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). *Revista Análise Social*, São Paulo, v. 29 (127), p.733-753, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Mocambo e cidade**: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 1997.
- LUCENA, Victor. **A invenção da Ilha de Deus**: formações discursivas e significados sobre a pobreza urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- LUCENA, V.; LEITE, J. O mundo fora do lugar: a trajetória de degradação do Edifício Holiday sob a perspectiva do espaço social bourdieusiano. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Minho, v. 8, p. 193-214, 2021a. DOI: [10.21814/rlec.3218](https://doi.org/10.21814/rlec.3218)
- \_\_\_\_\_. Viver na maré do Recife entre as décadas de 1960-1980: discurso midiático e degradação da pobreza. In: **XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU)**, Salvador, v. 16. p. 390-390, 2021b.
- MÉNDEZ, M. L.; OTERO, G. Neighbourhood conflicts, socio-spatial inequalities, and residential stigmatisation in Santiago, Chile. *Cities*, Philadelphia, v. 74, p. 75-82, 2018. DOI: [10.1016/j.cities.2017.11.005](https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.11.005)
- MORAES, Renata. **O lar e a ordem**: moradia e cotidiano doméstico no Recife durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- SOUZA, Marcelo. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- \_\_\_\_\_. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil In: BOSCHI, R. (org). **Corporativismo e desigualdade**: A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia*, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539975003>. Acesso em 20 dez. 2022.
- \_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. São Paulo: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Parias urbains**: ghetto, banlieues, État. Paris: La Découverte, 2006b.
- \_\_\_\_\_. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. (org.). **Um século de favela**. 5a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Recebido: 03 jan 2023

Aceito: 06 fev 2023